



Govorno do Estado do Paraná
Secretaria de Estado dos Transportes
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Procuradoria Jurídica – Seção de Contratos



LIVRO Nº 029
FL. Nº 511
CONT. Nº 079-2010

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA E CONSÓRCIO TUCUMANN/REDRAM, VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ – PARANÁ, COMPREENDENDO REFORÇO PARA APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS 202 A 214 1.806 METROS E AS CONSTRUÇÕES DE PIER A OESTE – 436 METROS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, SOB RESPONSABILIDADE DA APPA, NA FORMA ABAIXO:

Aos 22 dias do mês de Novembro de 2010, a **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA**, entidade autárquica estadual, vinculada à **SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES**, estabelecida em Paranaguá-PR, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 161, D. Pedro, inscrita no CNPJ/MF nº 79.621.439/0001-91, denominada simplesmente de **APPA**, representada neste ato pelo seu **Superintendente, Sr. Mário Marcondes Lobo Filho**, portador do RG nº.1.913.175-0 SSP/PR e CPF/MF nº 621.418.649-68, e pelo seu **Diretor Técnico Sr. André Ricardo Cansian** portador do RG nº 4.103.462-9 IIPR e CPF/MF nº 872.208.819-91, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 07.612.720-4, **Concorrência Pública nº. 002/2009-APPA**, devidamente homologado pelo Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, em data de 02 de fevereiro de 2010, assina com o **CONSÓRCIO TUCUMANN/REDRAM**, estabelecido na Avenida Portuária, s/nº, Bairro Dom Pedro II, Paranaguá-PR, CEP 83221-570 na cidade de Paranaguá-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.689.074/0001-01, doravante denominada **CONTRATADA** e representada neste ato pela **TUCUMANN Sr. RODRIGO TAMM DO AMARAL**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.093.201-8 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 026.665.719-20, e pela **REDRAM Sr. ALESSANDRO AFORNALI**, portador da carteira de identidade nº 5.326.280-5 e CPF/MF nº 014.724.769-13, resolvem firmar o presente contrato, sujeito às normas das Leis nºs. 8.666/93 e 15.608/07, e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais prevalecerão entre as contratantes em tudo quanto não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares e administrativas que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Constitui objeto do presente **CONTRATO**, a execução, por parte da **CONTRATADA**, de **OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ – PARANÁ, COMPREENDENDO REFORÇO PARA APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS 202 A 214 1.806 METROS E AS CONSTRUÇÕES DE PIER A OESTE – 436 METROS.**, na conformidade com a Lei n. 8666/93 e a Lei Estadual n. 15.608/2007



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado dos Transportes
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Procuradoria Jurídica – Seção de Contratos



e face aos motivos e justificativas constantes do processo Administrativo nº 07.612.720-4, bem como ao edital de licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As obras de que trata o *caput* desta Cláusula, desenvolver-se-ão com observância ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela **CONTRATADA** e aprovado pela **CONTRATANTE-APPA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As obras serão executadas com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos, com fiel observância ao projeto, planilha de quantidades e especificações fornecidas, correndo por conta da **CONTRATADA**, todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As obras serão executadas sob a direção e responsabilidade de representante da **CONTRATADA** devidamente qualificado e aceito pela **CONTRATANTE-APPA**, que acompanhará o andamento dos trabalhos em regime de tempo integral.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, os acréscimos e supressões do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor atualizado.

PARAGRAFO QUINTO: A **CONTRATANTE-APPA** se reserva o direito, de a qualquer tempo e mediante comunicação por escrito à **CONTRATADA**, introduzir alterações ou revisões no projeto contratado. No caso em que essas alterações ou revisões repercutirem no preço e/ou no prazo, seus custos serão apropriados com base nos preços unitários e cronogramas pactuados, esse último, se for o caso, igualmente reformulado.

PARÁGRAFO SEXTO: Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, independente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Edital;
- b) Projetos e especificações técnicas;
- c) Planilha da Proposta Comercial; e
- d) Cronograma Básico de Execução da Obras da Proposta Comercial.



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado dos Transportes
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Procuradoria Jurídica – Seção de Contratos



PARÁGRAFO SÉTIMO: As obras serão executadas sob regime de empreitada de acordo com as propostas comerciais apresentadas pela **CONTRATADA**, obedecidas às legislações pertinentes, às normas técnicas e às especificações.

PARÁGRAFO OITAVO: A autorização para início das obras será dada pela **CONTRATANTE-APPA** ao **CONTRATADO**, por intermédio de Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO IMPACTO AMBIENTAL: A **CONTRATADA** deverá obter, às suas expensas, todas as Licenças Ambientais necessárias à execução das obras objeto do presente **CONTRATO**, conforme item 22.3 do Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO: As licenças para execução dos trabalhos dependentes de quaisquer autoridades Federais, Estaduais e/ou Municipais, correrão por conta e risco exclusivo da **CONTRATADA**, assistida, se necessário, pela **CONTRATANTE-APPA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO E DA VIGÊNCIA: As obras e serviços ora contratadas serão executadas, em regime de empreitada por preços unitários, no prazo de 12 (doze) meses a contar do recebimento expedição da Ordem de Serviço, conforme subitem 15.1 do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação nas formas do art. 104 da Lei 15.608/2007. Nos casos de prorrogação de prazo contratual, deverá ser elaborado cronograma, abrangendo somente as obras e os serviços a serem executados no período de prorrogação, bem como elaborado e assinado o respectivo aditivo contratual, de acordo com o Edital item 15.3.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO: Ao presente **CONTRATO** é atribuído o valor, inicialmente previsto, de R\$ 95.794.088,12 (noventa e cinco milhões, setecentos e noventa e quatro mil, oitenta e oito reais e doze centavos), conforme Planilha de Quantidades e Preços anexa e conforme item 12 do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos preços contratuais oferecidos na proposta da **CONTRATADA** estão incluídos sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE-APPA**, todos os custos e despesas decorrentes de licenças Ambientais, impostos e taxas de qualquer natureza, que direta e indiretamente incidam no cumprimento do presente **CONTRATO**, bem como todo e qualquer serviço de terceiros eventualmente necessários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, foram criados tributos novos ou modificadas as alíquotas dos atuais, de forma a majorar ou diminuir os encargos da **CONTRATADA**, na execução do presente **CONTRATO**,



serão revistos os preços, a fim de adequá-los a essas modificações.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O custeio das obras/serviços será coberto com os recursos financeiros da APPA, dotação orçamentária projeto atividade nº. 713100001190000044905101-2500026, tendo a nota de empenho nº. 71310000000286-1 (melhoria da infra-estrutura e logística – APPA), recursos próprios para o exercício de 2010, conforme edital item 3.1.

PARÁGRAFO QUARTO: Por eventuais atrasos nos pagamentos, por culpa exclusiva da CONTRATANTE-APPA os valores serão atualizados monetariamente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês "*pro rata temporis*", desde o dia imediatamente posterior a data do vencimento até aquele de seu efetivo pagamento, de acordo com o subitem 13.8 do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL: No ato da assinatura deste instrumento contratual, a CONTRATADA, prestará garantia do fiel e correto cumprimento das obrigações pactuadas, mediante caução, em qualquer das modalidades previstas em Lei, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do preço contratado, em conformidade com o item 21 do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia contratual mencionada no caput desta Cláusula (Edital item 20) poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou Títulos de Dívida Pública (não serão aceitos títulos de Dívida Agrária), devendo estes terem sido emitidos sob a fórmula escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Fiança bancária com validade igual ou superior ao prazo do contrato;
- c) Seguro-garantia com validade igual ou superior ao prazo do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A caução garantida de que trata esta Cláusula somente será liberada após lavratura do Termo de Recebimento Definitivo das Obras.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá dirigir-se a uma Agência do Banco do Brasil, munido do Termo de Adjudicação do Contrato e efetuar o depósito na conta Caução no montante estipulado, conforme o item 21.3 do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO: O pagamento dos serviços em questão será procedido por meio de medições parciais, com observância dos seguintes prazos e procedimentos:



a) No primeiro dia útil de cada mês será encaminhado à **FISCALIZAÇÃO** o documento de Medição com os serviços executados no mês anterior. A partir de então, a **FISCALIZAÇÃO** terá 05 (cinco) dias úteis para a conferência e atestados de medição, compatibilizando-se com os dados da planilha de serviços e preços constantes da sua proposta e Ordem de Serviço vigente, bem como a documentação hábil de cobrança (subitem 13.2 do Edital);

b) Conferida a atestada e correta execução dos serviços registrados no certificado de Medição, a **FISCALIZAÇÃO** encaminhará a documentação à **CONTRATANTE-APPA**, possibilitando o pagamento da cobrança e apresentação da nota fiscal apresentada pela **CONTRATADA** (subitem 13.2.1 do Edital);

c) Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente do país até 30 (trinta) dias corridos após a data de entrega, no protocolo da **CONTRATANTE-APPA**, da documentação de cobrança (nota fiscal), desde que a mesma esteja em conformidade com o Certificado de Medição elaborado pela **FISCALIZAÇÃO**, sendo a referida nota certificada pelos fiscais, em conformidade com edital item 13.6.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por ocasião de cada medição mensal deverão ser apresentadas à Fiscalização, os devidos documentos exigidos no edital no item 13.4.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** não poderá fazer apresentação do seu crédito através de cobrança pela rede bancária e nem endossará títulos oriundos deste contrato, bem como a **CONTRATANTE-APPA** não dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados pela **CONTRATADA** ou por terceiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Durante a vigência do contrato, verificada irregularidade fiscal no ato do pagamento da fatura ou em qualquer outro momento, a **APPA**, imediatamente, notificará a **CONTRATADA** para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da correspondência, efetuar a regularização do débito tributário ou apresentar defesa, ficando suspensa a liquidação do crédito em até 10 (dez) dias corridos, de acordo com o item 13.7 do Edital.

PARÁGRAFO QUARTO: Se a **CONTRATADA** não apresentar defesa ou se esta for indeferida, a **APPA** poderá rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da multa, de acordo com o Edital item 15.4.1.

PARÁGRAFO QUINTO: No mês em que ocorrer a entrega dos produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos os serviços realizados no período e sem prejuízo das penalidades previstas no Edital, deverão ser entregues à Fiscalização os documentos, em conformidade com o item 13.5 do Edital.



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES: Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE-APPA** poderá, garantido contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades previstas no edital no item 18 e 19 em conformidade com as Leis de Licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a **CONTRATADA** não efetue o pagamento das multas, de acordo com que está disposto no Edital, terá seu nome incluído no Cadastro da Dívida Ativa do Estado e será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

I- DA CONTRATANTE-APPA

- a) Acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do objeto deste Contrato;
- b) Promover os pagamentos decorrentes da execução do presente Contrato, cujas faturas e ou notas fiscais deverão ser emitidos em nome da **APPA**, e identificados com número deste Contrato;
- c) Adotar todas as ações a seu cargo, necessárias ao bom e fiel desempenho do objeto deste Contrato pela **CONTRATADA**.

II- DA CONTRATADA

- a) Apresentar à **CONTRATANTE-APPA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura deste **CONTRATO**, cronograma físico-financeiro relativo à execução das obras e serviços.
- b) Toda e qualquer obrigação civil e penal, bem como os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do **CONTRATO**, e todos direitos e benefícios ao trabalhador alocado no serviço contratado, vigentes à época da contratação ou que venham a ser exigidos pelo governo;
- c) Registrar o **CONTRATO** no CREA-PR e , quando empresa registrada no CREA de outro Estado, retirar o visto deste órgão até 05 (cinco) dias úteis após a sua assinatura.
- d) Manter Engenheiro preposto no local das obras e serviços, para representá-lo na execução de **CONTRATO**;
- e) Assumir total responsabilidade pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE-APPA** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do **CONTRATO**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade as Fiscalizações;
- f) Executar os serviços em conformidade com a NR-10, da Portaria do



Ministério do Trabalho, ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e normas de proteção do meio ambiente;

g) Providenciar as medidas necessárias para que todo o seu pessoal alocado no serviço contratado compareça neste local de trabalho devidamente uniformizados e portanto crachá de identificação da empresa da qual é empregado.

h) Fornecer aos seus empregados, conforme especialização e serviços a executar as ferramentas e os equipamentos de proteção individual necessários ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes do **CONTRATO**;

i) Responsabilidades para todas as licenças e autorizações junto à Capitania dos Portos do Estado do Paraná, no que se referem às operações de embarcação envolvidas na execução de serviços ora contratadas;

j) Observar todas as exigências sobre meio ambiente, segurança, higiene e medicina do trabalho durante o prazo de execução das obras e serviços, com estrito cumprimento da legislação vigente;

k) Elaborar relatórios técnicos mensais de acompanhamento de obras e serviços objetos do **CONTRATO**, 02 (duas) vias originais impressas, providos de arquivo magnético específico, a serem encaminhados à Fiscalização até o dia 10 (dez) de cada mês;

l) Dar à **CONTRATANTE-APPA** imediata ciência de ocorrência que possa levar à aplicação de penalidades à **CONTRATADA** ou à dissolução do **CONTRATO**;

m) Relatar oportunamente à **CONTRATANTE-APPA** ocorrência ou circunstancia que possa acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou em relação a terceiros;

n) Manter as obrigações assumidas e contradições de habilitação e qualificação exigidas na contratação durante toda a execução do **CONTRATO**;

o) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art.112 da Lei 15.608/2007.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços e materiais é exclusividade da **CONTRATADA**, reservando-se o direito à **CONTRATANTE-APPA**, quando necessário, fazer suas verificações.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará a não aceitação dos mesmos.

CLÁUSULA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Por se tratar de licitação por modalidade de concorrência, o presente **CONTRATO** regula-se por suas cláusulas



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado dos Transportes
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Procuradoria Jurídica – Seção de Contratos



LIVRO Nº 029
FL. Nº 518
CONT. Nº 079-2010

e pela Lei 8666/93 subsidiária a Lei Estadual 15.608/07. Nos casos em que a legislação for omissa o **CONTRATO** será regido supletivamente por princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE: A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelo cumprimento das Clausulas e Condições deste **CONTRATO**, assim como pela execução plena e satisfatória de seu objeto, com estrita observância do projeto executivo e especificações, respondendo perante a **CONTRATANTE-APPA** a terceiro pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados prepostos, ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos porventura resultantes da execução do presente **CONTRATO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os equipamentos e materiais indispensáveis à execução deste contrato serão fornecidos pela **CONTRATADA**, sem quaisquer ônus ao contratante, responsabilizando-se, ainda, pelo transportes para o local de trabalho, por sua conservação e utilização, não podendo justificar atraso na conclusão dos trabalhos, em virtude de deficiência de tais equipamentos e materiais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** obriga-se no local de trabalho um engenheiro devidamente habilitado como seu representante legal e responsável direto pela execução dos mesmos, comprovada através de anotação de responsabilidade técnica, cujo *curriculum vitae* será submetido à aceitação da **CONTRATANTE-APPA**, antes do início das obras, sem encargos da responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**, por quaisquer falhas e defeitos que se verificarem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** obriga-se a manter, desmanchar e refazer sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a **CONTRATANTE-APPA**, e sem importar em alteração contratual, os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos em virtude de ação, omissão, negligencia, imperícia, imprudência no emprego de materiais ou processo inadequados ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO: As obras em referência serão acompanhadas e fiscalizadas para verificação de seu desenvolvimento compatível com o projeto executivo, especificações e demais cláusulas e condições contratualmente pactuadas, e de conformidade com o Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O acompanhamento e fiscalização efetivar-se-ão no local das obras, por engenheiros, comissão constituída pelos engenheiros da APPA designados através da Ordem de Serviço.



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado dos Transportes
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
Procuradoria Jurídica - Seção de Contratos



PARÁGRAFO SEGUNDO: O responsável técnico pelas obras estará à disposição da **CONTRATANTE-APPA**, podendo, sem prejuízo de sua responsabilidade pessoal, fazer-se representar junto à fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA, o qual permanecerá no local das obras para dar execução ao **CONTRATO**, nas condições por este fixadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A substituição de integrante da equipe técnica da **CONTRATADA** durante a execução das obras dependerá de aquiescência da **CONTRATANTE-APPA** quanto ao substituto, presumindo-se esta na falta de manifestação em contrário dentro de 30 (trinta) dias da ciência da substituição.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATANTE-APPA** poderá exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, no interesse dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: As obras deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a **CONTRATADA**, sua equipe, e a **FISCALIZAÇÃO**, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEXTO: Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento e manutenção no local das obras de um "Diário de Obras", permanentemente disponível para lançamentos onde serão registrados obrigatoriamente:

I) Pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros não sujeitas à sua ingerência;
- c) as consultas à **FISCALIZAÇÃO**;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da **FISCALIZAÇÃO**;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para as obras;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devem ser objeto de registro.

II) Pela **FISCALIZAÇÃO**:

- a) atestado de veracidade de registro previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso



anterior;

b) julzo formado sobre o andamento das obras, tendo em vista o projeto executivo, especificações, prazos e cronogramas;

c) observações cabíveis a propósitos dos lançamentos da **CONTRATADA**;

d) soluções às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;

e) restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do lançamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus projetos e sua equipe;

f) determinação de providências para o cumprimento do projeto executivo e especificações; e

g) outros fatos ou observações, cujo registro se tome conveniente ao trabalho da **FISCALIZAÇÃO**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A **FISCALIZAÇÃO** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e a sua ocorrência não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE-APPA** ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO E DAS GARANTIAS:

Executado o **CONTRATO**, seu objeto será recebido:

- Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 (quinze) dias da comunicação escrita do **CONTRATO**; e
- Definitivamente, por servidor ou Comissão designada pela **CONTRATANTE-APPA**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

PARAGRAFO SEGUNDO: O recebimento provisório ou definitivo das obras e serviços não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança destes, nem ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, dentro dos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro.



PARAGRAFO TERCEIRO: O recebimento do objeto deste contrato deverá obedecer ao disposto no art. 123 da Lei 15.608/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL: Sem prejuízo de qualquer outra disposição do presente **CONTRATO**, o mesmo poderá ser rescindido mediante a ocorrência dos seguintes fatos:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, projeto executivo, especificações e ou prazos;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e/ou prazos;
- c) Atraso injustificado no início da obras e serviços;
- d) Paralisação das obras, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE-APPA**, por período superior a 30 (trinta) dias;
- e) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, Cisão ou incorporação, sem anuência por parte da **CONTRATANTE-APPA**;
- f) não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, anotadas no registro diário de ocorrência;
- g) Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas no registro diário de ocorrência;
- h) Decretação de falência;
- i) Dissolução da sociedade;
- j) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do **CONTRATO**;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela **CONTRATANTE-APPA** e exaradas no processo administrativo a que se refere o **CONTRATO**;
- m) A supressão, por parte da **CONTRATANTE-APPA**, das obras e serviços, acarretando modificação do valor inicial do **CONTRATO** em questão, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento);
- n) Suspensão de execução do **CONTRATO**, por ordem escrita do



CONTRATANTE-APPA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmoralizações e mobilizações e outras previstas. Assegurando a **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE-APPA**, decorrentes das obras, ou parcelas destas, já executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) Não liberação, por parte da **CONTRATANTE-APPA**, de área, local ou objeto para execução das obras, nos prazos contratuais;

q) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**, desde que registrado no Diário de Ocorrências;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo a que se refere o **CONTRATO**, assegurado a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: a rescisão poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrita da **CONTRATANTE-APPA**, nos casos enumerados no Parágrafo primeiro desta cláusula;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo que se refere o **CONTRATO**, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE-APPA**, nos termos da Lei; e

c) Judicialmente nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE-APPA**.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "l" e "q" do Parágrafo primeiro desta Cláusula, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:



- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;
- e
- c) pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO QUINTO: A rescisão de que trata o parágrafo Terceiro desta Cláusula acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO**:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontra, por ato próprio da **CONTRATANTE-APPA**;
- b) Ocupação e utilização do local, instalações equipamentos, material e pessoal empregados na execução do **CONTRATO**, necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para ressarcimento da **CONTRATANTE-APPA** e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e
- d) Retenção dos créditos decorrentes do **CONTRATO** até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE-APPA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A aplicação das medidas previstas nas alíneas "a" e "b" do Parágrafo quinto fica a critério da **CONTRATANTE-APPA**, que poderá dar continuidade às obras, por execução direta ou indireta.

PARÁGRAFO SÉTIMO: É permitido à **CONTRATANTE-APPA**, no caso de concordata da **CONTRATADA**, manter o **CONTRATO**, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

PARÁGRAFO OITAVO: Na ocorrência de rescisão por conveniência administrativa, a **CONTRATADA** será notificada com 30 (trinta) dias de antecedência.

PARÁGRAFO NONO: No caso da responsabilidade de rescisão ser atribuída a **CONTRATADA**, perderá esta em favor da **CONTRATANTE-APPA**, a caução garantia depositada, sem prejuízo das demais cominações previsto neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: se a rescisão contratual provocar prejuízo e/ou danos diretos ou indiretos à **CONTRATANTE-APPA** promoverá esta a responsabilidade da **CONTRATADA**, visando o seu respectivo ressarcimento, independentemente do disposto na alínea "i" do parágrafo Primeiro desta Cláusula, além das penalidades estabelecidas na Lei 15.608/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VALIDADE: Este contrato entra em vigor na data de recebimento da Ordem de Serviço pela **CONTRATADA** e perdurará até 90 (noventa) dias corridos após a conclusão do serviço, conforme item 15.2 do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente Contrato só será válido e as obras só terão



início após a concessão da licença ambiental, sem o que o ajuste perderá totalmente o efeito e não haverá qualquer direito à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DE REAJUSTAMENTO: Os preços contratuais quando for o caso só sofrerão reajustes nos termos da Lei Federal nº 10.192/2001, publicada no D.O.U de 14/02/2001, ou legislação superveniente que venha a regulamentar a matéria. O cálculo de reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá conforme constante no caderno 02, anexo 15 do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO: O foro do presente contrato será o da cidade sede da **APPA**, comarca de Paranaguá-PR. E, por estarem livremente contratados firmam este documento, em duas vias, na presença das testemunhas abaixo arroladas para sua validade e eficácia jurídica.

Assim, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Paranaguá, 22 de Novembro de 2010.

SUPERINTENDENTE DA APPA
SR. MARIO MARCONDES LOBO FILHO

DIRETOR TÉCNICO DA APPA
SR. ANDRÉ RICARDO CANSIAN

REPRESENTANTE DA TUCUMANN
SR. RODRIGO TAMM DO AMARAL

REPRESENTANTE DA REDRAM
SR. ALESSANDRO AFORNALI

TESTEMUNHA
RG:

TESTEMUNHA
RG: 9.939.711-0